

RESENHAS

REVIEWS

BEYOND HUMANITY? THE ETHICS OF BIOMEDICAL ENHANCEMENT

Allen Buchanan
Oxford, Oxford University Press, 2011

Kai Spiekermann^(*)

O debate sobre os melhoramentos genéticos e, em particular, sobre a engenharia genética dos embriões humanos, tornou-se bastante ruidoso e a qualidade dos argumentos foi atingida pelo exagerado nível da agitação. O novo livro de *Allen Buchanan* pretende adotar um tom mais sereno, pondo em perspectiva as diferentes formas de melhoramentos genéticos, comparando-as com outros melhoramentos humanos muito mais comuns, e desconstruindo alguns dos argumentos críticos baseados nas noções mal definidas de “humanidade” ou “caráter”. O tratamento pragmático proposto por *Buchanan* merece atenção num debate que é muito frequentemente dominado pelo medo e por cenários incrivelmente radicais.

Buchanan define os melhoramentos genéticos como: “uma intervenção deliberada, aplicando a ciência biomédica, que pretende melhorar uma capacidade existente na maioria ou que todos os seres humanos normais apresentam, ou criar uma nova capacidade, agindo diretamente no corpo ou no cérebro” (p. 23).

Essa definição inclui algumas práticas razoavelmente comuns, como usar próteses de membros ou tomar drogas para retardar os efeitos do

(*) Professor de Filosofia da Política, London School of Economics and Political Science. Londres/Inglaterra. E-mail: <k.spiekermann@lse.ac.uk>. Recebido em 08.02.11.

Alzheimer. Mas eles compreendem também tratamentos muito mais controversos, como a medicação para melhorar a concentração, os níveis de histamina ou a força (já largamente disseminados ilegalmente nos esportes profissionais), ou a inserção de gens no embrião humano. No futuro, ele pode mesmo envolver a implantação de tecido resultante da engenharia genética ou interfaces cérebro-computador.

Buchanan começa por mapear a paisagem do debate sobre o melhoramento. Ele enumera as razões da pobre qualidade do debate: retórica perturbadora, ignorância da biologia evolutiva, extensa mas não comprovada alegação de argumentos empíricos, e uma obscuridade fundamental sobre a “linha de base” de muitos argumentos. Os alvos prediletos de *Buchanan* são *Leon Kass* e o presidente do US Council on Bioethics sob George W. Bush, assim como *Michael Sandel* e *Francis Fukuyama*. Em geral, *Buchanan* está frustrado com a tendência persistente a limitar o debate entre as visões “pro-” e “antimelhoramento”, ao invés de usar uma distinção mais sensível entre “antimelhoramento” e “antiantimelhoramento”. Nenhum eticista sensível, assegura *Buchanan*, está defendendo irrefletidamente o melhoramento, a discussão real é entre aqueles que rejeitam qualquer melhoramento e aqueles que querem considerar a hipótese de vários melhoramentos e pesar seus prós e contras. *Buchanan* está firmemente ancorado no último campo.

O capítulo 2 contém um dos argumentos centrais de *Buchanan* contra a instância radical antimelhoramento: o melhoramento não é uma história nova na longa história do desenvolvimento humano. Muitos melhoramentos genéticos não são diferentes de outros melhoramentos, como o cálculo, a alfabetização e a ciência. Mesmo mudanças psicológicas não são tão novas como se poderia esperar: evidência recente sugere que o cérebro humano tenha mudado com a chegada da alfabetização. Mas geralmente, uma vez que os humanos são submetidos à coevolução, a mudança genética não é nada novo no desenvolvimento humano. *Buchanan* desafia o campo dos antimelhoramento a mostrar porque os melhoramentos genéticos devem ser avaliados diferentemente de outras formas de melhoramento humano que têm consequências similares.

Ao lado desse desafio geral, *Buchanan* argumenta, mais especificamente, que o debate é assimétrico em razão das duas concepções que são amplamente aceitas, mas provavelmente falsas. A primeira delas é que os resultados mais benéficos do melhoramento genético são bens privados ou pessoais; a segunda é que os melhoramentos genéticos serão mercadorias. Caso se aceitem essas duas premissas, o debate provavelmente se focalizará nos efeitos negativos originados da concorrência no mercado pelos melhoramentos. Isso evoca a imagem de uma corrida descontrolada em busca de mais inteligência, beleza, força física ou saúde, criando uma população de ‘pós-humanos’, dominando os que foram deixados para trás. Mas *Buchanan* argumenta que as duas premissas-limite não são necessariamente

verdadeiras, e talvez nem o pareçam. Contra a primeira concepção *Buchanan* afirma que muitos melhoramentos genéticos trazem benefícios sociais que vão além dos benefícios gozados pelos indivíduos que foram melhorados. Além disso, *Buchanan* imagina que vários melhoramentos genéticos terão efeitos de rede positivos, tais como o valor de um melhoramento aumenta com o número de pessoas sendo melhoradas, da mesma maneira que a utilidade de ser alfabetizado aumenta quando a frequência de alfabetização aumenta. Contra a segunda presunção limite *Buchanan* argumenta que muitos melhoramentos convencionais não são mercadorias. A alfabetização é novamente um bom exemplo: apesar de altamente benéfica, sua provisão principal tem sido por escolas reguladas pelos Estados e não pelo mercado privado.

Os capítulos 3 e 4 consideram as noções de “caráter” e “natureza humana”, que são frequentemente invocadas pelos céticos do melhoramento genético. Caso fosse verdade que o melhoramento genético sempre deriva de más intenções ou promovem mau caráter, isso seria uma forte objeção ao melhoramento genético. Mas *Buchanan* observa que essa premissa geral é dificilmente defensável. Enquanto as considerações sobre o caráter podem dar a pensar, elas não podem representar uma objeção razoável. Pode ser que os melhoramentos genéticos ofereçam tão grandes vantagens que as considerações sobre o caráter sejam compensadas. Além disso, um melhoramento pode mesmo melhorar alguns traços do caráter, melhorando nossa disposição para cooperar, nossa empatia, ou reduzindo os instintos agressivos. Novamente, ainda é necessária uma cuidadosa avaliação dos prós e contras. *Buchanan* também desmistifica o apelo existencialista à “natureza humana” e sustenta que os argumentos pela preservação da natureza humana *exatamente como ela é agora* têm pés de barro. É perfeitamente razoável apontar os perigos que um descuidado programa de melhoramento genético pode trazer para a humanidade, mas não há uma boa razão para acreditar que o *status quo* é melhor apenas porque ele é o *status quo*. Em todo o caso, a maioria dos melhoramentos genéticos é de natureza benigna e limitada, longe de criar “pós-humanos”.

O capítulo 5 trata de um tema menos popular, mas contém uma crítica bastante original do melhoramento genético: a preocupação conservadora. Conservadores (no sentido do pensamento conservador de *Burkean*) pensam que a natureza humana impõe limites ao progresso humano e que programas ambiciosos de reforma são propensos a atijar o fogo e causar dano. Assim, os conservadores apoiam uma aplicação de grande alcance do princípio de precaução para os projetos de reforma social. Poderia um argumento similar ser formulado contra os melhoramentos genéticos? Nem tanto, responde *Buchanan*, por causa da possibilidade de o melhoramento genético minar uma premissa central do conservadorismo — que a natureza humana não pode ser alterada. Caso o progresso humano seja correntemente limitado por nossas habilidades cognitivas e características pessoais, o melhoramento

genético pode mesmo nos ajudar a superar esses limites. Ideias para reduzir a agressividade e aumentar a disposição para a cooperação por melhoramento genético apontam nessa direção.

Uma força nuclear da análise de *Buchanan* é uma cuidadosa incorporação da teoria da evolução, mais evidente no capítulo 6. *Buchanan* desmitifica a visão de que a evolução dos humanos tenha atingido um especialmente valioso “ponto final”. A evolução tipicamente produz desenhos subótimos, é largamente insensível à pós-reprodutiva qualidade de vida, é em grande extensão dirigida pelo movimento e a otimização local (não global), conserva “ressacas” evolutivas e, talvez o mais importante, “seleciona por adequação e não pelo bem humano” (p. 191). Dessa discussão, *Buchanan* conclui que é absurdo tomar o resultado de um melhoramento evolutivo não intencional (como ele acontece por milhões de anos) como um ideal a defender. Melhoramentos são certamente possíveis e promovê-los por melhoramento genético intencional é uma opção que não deve ser descartada de saída. *Buchanan* também acrescenta uma lista fascinante de precauções heurísticas, baseado em considerações evolutivas, para minimizar o risco de más consequências não intencionais causadas pelo melhoramento genético.

O capítulo 7 cuida da alegação de que o melhoramento genético produz “pós-humanos”. Ele também cuida das diferenças graves que podem ocorrer no *status* moral ou nos direitos detidos por humanos “melhorados” ou “não-melhorados” e considera as implicações distributivas. *Buchanan* toma essas preocupações igualitárias a sério e o capítulo subsequente (8) pretende resolver algumas dessas preocupações propondo uma reforma institucional. *Buchanan* (com seus coautores *Tony Cole* e *Robert O. Keohane*) sugere uma proposta política para uma razoável difusão da inovação. O capítulo 8 tem um foco maior na ciência política aplicada e fica um pouco estranho no tema do livro.

Apesar de concordar largamente com a ampla perspectiva de *Buchanan* sobre o melhoramento genético e aplaudir seu objetivo de trazer uma análise mais filosófica para esse debate, quero levantar alguns pontos críticos. A começar pelo otimismo de *Buchanan* a respeito dos aspectos positivos do efeito de rede associado ao melhoramento genético e nisso ele baseia seu otimismo sobre uma distribuição mais ou menos igualitária de tais benefícios para promover o bem comum. Ainda é uma questão empírica aberta, se e qual melhoramento genético verá tais efeitos de rede. Em cenários competitivos, tanto entre pessoas como entre Estados, as vantagens relativas podem importar mais que os ganhos absolutos e técnicas para (digamos) melhorar as habilidades cognitivas podem levar a formas danosas de competição. Além disso, mesmo que existam os efeitos de rede positivos, isso levantará questões fundamentais sobre a autonomia pessoal. Suponha-se, por exemplo, que o uso de certas drogas para melhorar a cognição seja mais útil se todo o mundo tomá-las, mas, como é o caso da maioria das

drogas, elas venham com alguns efeitos colaterais. O efeito de rede positivo da droga implica que a minoria se recusando a tomar essa droga (por causa de seus efeitos colaterais) encontrará graves desvantagens. Assim, o efeito de rede positivo tem um lado escuro: ele pode pressionar as pessoas a usar melhoramentos que elas não escolheriam de outra maneira.

Uma preocupação secundária decorre da visão otimista de *Buchanan* sobre a regulação. Ela leva *Buchanan* a ignorar as consequências sociais danosas que podem surgir do melhoramento genético. O capítulo 7 trata de alguns desses problemas, mas foca apenas os casos bastante extremos (pós-humanos). Os problemas, entretanto, podem surgir em um nível muito menos espetacular. Suponha-se (completamente contra os fatos!), que um dia seja possível determinar a orientação social de uma criança por engenharia genética. Suponha-se mais, que mesmo não havendo discriminação contra lésbicas e *gays* na sociedade em consideração, seja verdade que crescer com uma orientação sexual para o mesmo sexo seja um pouco mais difícil (como é usualmente mais difícil fazer parte de uma minoria, mesmo em sociedades livres do preconceito). É razoável supor que muitos pais preferirão então proteger seus filhos dessa dificuldade e optarão pela engenharia genética que bloqueie a orientação para o mesmo sexo. O fim da história será uma sociedade menos diversa, o que pode ser pior para todos. Embora ninguém prefira esse resultado final, é fácil ver como essas escolhas individuais podem levar a isso. *Buchanan* deve esperar que a regulação adequada prevenirá tal resultado subótimo, mas é difícil imaginar como um Estado possa prevenir esse processo uma vez que a tecnologia esteja disponível.

O terceiro ponto crítico que quero ressaltar relaciona-se com a teoria de evolução. Concordo plenamente com *Buchanan* que a evolução não produziu uma espécie de humano “*master-engineered*” ideal, pelas razões descritas acima. Existe, entretanto, um argumento conservador plausível da evolução que é negligenciado por *Buchanan*. No caso, o fato que a raça humana, sem se extinguir, evoluiu ao ponto de sugerir que nossa configuração genética atual capacitou os humanos a sobreviverem a toda espécie de desafios ambientais. Por exemplo, humanos têm um sistema imune altamente desenvolvido que, ainda que longe da perfeição, tem impedido a extinção, apesar das muitas ameaças de bactérias, vírus e parasitas. Isso permite ao menos um limitado argumento indutivo, pois os humanos estão razoavelmente bem preparados para as futuras ameaças ambientais. Certamente, isso não é necessariamente verdade — nós podemos ser muito azarados e enfrentar, por exemplo, um vírus de gripe suficiente mortal para nos levar à extinção. Contudo, o fato de o sistema imunitário ter sofrido um longo processo de evolução sugere ao menos que ele seja capaz de nos proteger razoavelmente bem. Um melhoramento genético incidente não será tão bem testado, e pode, por essa razão, ser perigoso. *Buchanan* reconhece indiretamente esse ponto em seu guia heurístico para prevenir os danos do melhoramento genético,

mas suas conclusões otimistas, derivando de considerações evolutivas, dominam o livro. Elas ignoram largamente a informação que obtivemos do fato de que o sistema foi selecionado com o tempo.

Em resumo, o livro de *Buchanan* é um antídoto filosófico bastante necessário em um debate que tem sofrido com muita grandiloquência e histeria ocasional. A análise corta fundo e eleva o padrão do debate. As propostas de *Buchanan* para avaliar os riscos do melhoramento genético devem também estimular uma nova discussão sobre sua regulação. Parece que “Beyond Humanity” logo se tornará um trabalho indispensável para todos os filósofos interessados na melhora do debate.